



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14142 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT17 - Filosofia da Educação

CRÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DO PENSAMENTO DE JACQUES MARITAIN

Paulo Moacir Godoy Pozzebon - PUC-CAMPINAS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CRÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DO PENSAMENTO DE JACQUES MARITAIN

Resumo: Buscando responder às insuficiências constatadas pela literatura especializada, tematizam-se as contribuições da filosofia da pessoa humana e da filosofia da educação do filósofo francês Jacques Maritain para análise e proposição de políticas públicas educacionais. O objetivo é identificar que categorias filosóficas e filosófico-educacionais desse autor podem subsidiar a análise e a formulação de políticas públicas educacionais e como podem ser traduzidas em diretrizes, indicações e critérios objetivos. O método utilizado consiste em extrair das obras educacionais, políticas e epistemológicas do autor um conjunto de categorias e conceitos filosóficos que, aplicados ao ciclo de políticas públicas, permitem a derivação de diretrizes e indicações. Como resultado, foi elaborado um modelo detalhado para análise e proposição de políticas públicas educacionais, abrangendo os níveis estrutural e pedagógico. Conclui-se que as categorias filosóficas Pessoa Humana, Inteligência, Vontade, Liberdade e Educação, apreendidas no conjunto do pensamento filosófico de Jacques Maritain, fornecem diretrizes e indicações que, integradas aos instrumentos conceituais das ciências sociais e educacionais utilizados pelas políticas públicas educacionais, permitem aprofundar conhecimentos e qualificar os instrumentos de análise e proposição de PPEs.

Palavras-chave: educação, filosofia, Jacques Maritain, políticas públicas

A literatura científica especializada, ao discutir as políticas públicas educacionais (PPEs), constata sucessos, insucessos, tece críticas e reparos, apontando limitações e insuficiências dessas políticas. Apesar dos esforços críticos, essa literatura apresenta frequentes lacunas e falhas que comprometem seus resultados. Nesse sentido, autores como

Stephen Ball (BALL, 2011a; BALL, 2011b), Jefferson Mainardes (MAINARDES, 2009; MAINARDES, 2017), César Tello (MAINARDES, TELLO, 2016; MAINARDES, FERREIRA, TELLO, 2011) e Marilda Schneider (SCHNEIDER, 2014) registram dificuldades como a falta de explicitação de referenciais teóricos que fundamentam as análises e a utilização de autores com matrizes epistemológicas distintas (MAINARDES, 2009, p. 07), insuficiente discussão das perspectivas teóricas, dos métodos de investigação e pequena importância dada à avaliação sistemática das políticas educacionais brasileiras (SCHNEIDER, 2014, p. 11-12), a substituição da teorização por procedimentos técnicos desprovidos de fundamentos epistemológicos e ontológicos (BALL, 2011a; BALL, 2011b; MAINARDES, 2017). A fundamentação teórica deficiente, constatada pela literatura, ressenha-se da insuficiente explicitação de bases filosóficas, critérios epistemológicos, diretrizes metodológicas detalhadas e avaliação de resultados. Isso acarreta consequências tanto para a análise quanto para a proposição de PPEs, tais como imprecisão conceitual, condicionamentos ideológicos indetectados, superficialidade na determinação de objetivos e estratégias, além de imprevisão de consequências teóricas e práticas.

Com o propósito geral de contribuir por meio da abordagem filosófica para o tratamento das PPEs, constitui objetivo deste trabalho identificar conceitos e categorias filosóficas, integrantes da filosofia da pessoa humana e da educação do filósofo contemporâneo francês Jacques Maritain e com base nestas propor formas epistemológica e metodologicamente consistentes para elaboração de diretrizes e indicações objetivas aplicáveis à análise e proposição de políticas públicas educacionais.

A metodologia utilizada consistiu na análise sistemática das obras metafísicas, epistemológicas, políticas e educacionais de Jacques Maritain, apoiada em comentadores especializados no autor, por meio da qual se identificam categorias e conceitos filosófico-antropológico e filosófico-educacionais que possam contribuir com as PPEs. Em seguida, elaborou-se um modelo analítico e propositivo, fundamentado no pensamento do filósofo e no modelo geral de análise de políticas públicas formulado por Celina Souza (SOUZA, 2007), contendo diretrizes, indicações e critérios objetivos capazes de contribuir para análise, planejamento, proposição e avaliação de PPEs.

Os resultados alcançados indicam que as categorias filosóficas Pessoa Humana, Liberdade, Inteligência e Vontade, permitem compreender a educação como *ars cooperativa naturae*, isto é, arte de cooperar com o processo de desenvolvimento natural do educando, mobilizando agentes, instituições e recursos para favorecer seu pleno desenvolvimento. Este é concebido como desenvolvimento da pessoa humana na multiplicidade de suas dimensões constitutivas (físico-biológica, psíquica, social e espiritual) e na integralidade de seu ser (MARITAIN, 2012). O pleno desenvolvimento da pessoa humana implica libertar o espírito para o conhecimento, o amor e a busca pelo Absoluto. Concebido como fim mais importante da educação e condição para a vida social, econômica e para o exercício da cidadania democrática, o pleno desenvolvimento da pessoa é também o objetivo da educação integral, que deve ser ofertada a todos sob a forma de uma educação liberal de base (conforme a

tradição das “artes liberais” ou “humanidades”) renovada e atualizada em seus conteúdos e métodos (MARITAIN, 2012).

Divergindo da pedagogia autoritária tradicional, da pedagogia progressiva escolanovista e do tecnicismo, Maritain (2012) identifica disposições fundamentais do ser humano, que devem ser favorecidas e encorajadas pela educação, por meio de regras gerais e de diretrizes metodológicas para o ensino. Nesse conjunto, destaca-se o papel do professor, que guiando-se por fins educativos bem definidos, deve conduzir o educando, segundo o estágio de seu desenvolvimento, para uma compreensão ativa que leve ao domínio racional sobre todas as coisas aprendidas, favoreça a unidade interior do indivíduo e seu crescimento na vida do espírito.

Essas concepções filosóficas podem ser criteriosamente integradas aos instrumentos conceituais de análise e de proposição de políticas públicas educacionais, ampliando-os e aprofundando-os, de modo a possibilitar um conhecimento mais amplo, preciso e virtualmente mais efetivo para a intervenção sobre as situações problemáticas singulares que constituem objetos das PPEs e para a compreensão das pessoas humanas nelas envolvidas. Não se trata, contudo, de buscar uma PPE dentro da obra de Maritain nem de substituir categorias e conceitos das ciências sociais por categorias e conceitos filosóficos, mas trata-se de pensar as PPEs a partir das realidades desveladas pelas categorias, conceitos e diretrizes filosóficas.

Para transpor as ideias de Maritain para contextos de elaboração e análise de PPEs, é oportuno alocar, num quadro organizador, as etapas em que se organizam as políticas públicas e os aspectos nela compreendidos (SOUZA, 2007): a etapa da decisão, correspondente à percepção e definição do problema; a etapa da proposição, que apresenta um conjunto de ações destinadas a solucionar o problema; a etapa da implementação, abrangendo apresentação, divulgação e sequência das ações; a etapa da execução, compreendendo atividades regulares plenamente implantadas; e a etapa da avaliação, em que se analisam e valoram as ações realizadas e os resultados obtidos. No mesmo quadro, articulam-se com essas etapas os elementos diretivos extraídos da filosofia da pessoa e da filosofia da educação de Jacques Maritain, aos quais se associam os elementos para análise e para proposição elaborados em conformidade com os elementos diretivos.

Dentre os múltiplos aspectos abrangidos pelo modelo de análise e proposição assim construído, destacam-se alguns pela importância. Concepções de educação dependem diretamente de concepções do ser humano e concepções distorcidas produzirão efeitos análogos. Por isso, as PPEs, tanto quanto as respectivas propostas pedagógicas, devem ter como pontos de partida concepções adequadas do ser humano e do processo educativo, isto é, concepções que compreendam efetivamente a realidade multidimensional do ser humano, especialmente sua realidade de pessoa humana, e que compreendam também a especificidade do processo educativo adequado a ela. Portanto, PPEs devem ser planejadas considerando as pessoas humanas em sua multidimensionalidade e unidade, tanto quanto seja possível conhecê-las, para que a política pública produza seus benefícios sem ocasionar distorções

indesejadas ou violar a dignidade das pessoas. Além disso, as PPEs devem estar a serviço das pessoas humanas que são suas destinatárias, recusando-se a servir como instrumento para ideologias políticas ou religiosas, em aparelhos do Estado ou da sociedade civil. Devem, também, visar ao pleno desenvolvimento dessas pessoas – inclusive a preparação para a vida social, econômica e para a cidadania – sem reduzi-lo à preparação para o trabalho, para a apatia política ou para a submissão a regimes políticos. Por sua vez, a dignidade das pessoas humanas requer também que o objetivo do pleno desenvolvimento abranja a todos.

Outros pontos a observar, no que se refere à formulação e análise de PPEs, é a indispensável coerência entre objetivos, recursos e estratégias nas etapas de decisão, planejamento, implementação, execução e avaliação, bem como a indispensável coerência entre a política educacional e a pedagogia proposta. A política educacional deve prover os meios necessários para que a ação pedagógica aconteça e, por sua vez, esta deve se realizar de modo satisfatoriamente completo e tecnicamente suficiente para que a política educacional atinja seus objetivos. Aos indicadores quantitativos e qualitativos normalmente considerados pelas PPEs para avaliação de resultados, devem ser acrescidos indicadores relacionados ao desenvolvimento integral do educando que permitam avaliá-lo com objetividade. Especial atenção deve ser dada à eticidade dos meios empregados.

Em conclusão, pode-se afirmar que a filosofia da pessoa humana e a filosofia da educação de Jacques Maritain fornecem categorias, conceitos, diretrizes e indicadores que, associados às ferramentas teóricas próprias das ciências humanas e educacionais, permitem repensar as PPEs em todas as suas etapas, aprofundar conhecimentos e qualificar os instrumentos para análise e proposição das PPEs.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. 1.ed., 5. reimp., São Paulo: Cortez, 2011a. p. 21-53.

BALL, Stephen J. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. *In*: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. 1.ed., 5. reimp., São Paulo: Cortez, 2011b. p. 78-99.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n.1, jan./abr. 2009, p. 4-16.

MAINARDES, J.; TELLO, C. A pesquisa no campo da política educacional: Explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona State University, v.24, n. 75, 18 jul. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2331>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. *In*: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. 1.ed., 5. reimp., São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-192.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, e173480, 2017.

MARITAIN, Jacques. **Pour une philosophie de l'éducation**. Préface de Guy Avanzini. Paris: Parole et Silence, 2012.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. **Revista Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 19, n. 1, jan./abr. 2014, p. 5-13.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 65-86.